

Um teto todo nosso: visibilidade, resistência e subjetivação em clubes de leitura

MICHELLE SILVA BORGES*

RESUMO: Que é o ato da leitura, senão a incorporação da subjetividade de protagonistas e a indivisível produção dos sentidos. Pensado como monumento, seria o livro e, conseqüentemente, a literatura, um legado consciente ou inconsciente das palavras mudas, sobre o qual se expõe uma ordem do discurso. Assim, a partir de Le Goff (1990), ao propor a necessidade de demolir a construção e analisar as condições sob as quais se produzem os documentos-monumentos, esse trabalho focaliza sua atenção no consenso, atravessado por relações de poder, da predominância masculina nos processos literários, desde quem escreve e estendendo-se na escolha de quem o lê. Isso posto, norteando-se pela asserção de Virgínia Woolf (2014), ao exteriorizar a escassez de espaços às mulheres para a produção literária, que deram conta também da ausência de reflexões femininas sob um determinado sentido, isto é, o das mulheres, procura-se, então, destacar o surgimento de clubes de leituras criados sob o propósito de privilegiar, com exclusividade, a escrita das mulheres. Percebidos como uma das marcas da sociedade contemporânea, bem como herança das conquistas feministas, tais grupos, constituídos majoritariamente por mulheres, miram, na linha de seus efeitos, a subversão da velha ordem do discurso de produção literária masculina. Essa é uma posição, obviamente, promotora da construção de um pensamento crítico e, de forma indissociável, dos processos de subjetivação de suas integrantes balizados pelas interpretações de si mesmas. Além disso, sob o respaldo do exercício foucaultiano (2014), no que diz respeito às relações de poder, entende-se que tais espaços, ao se reinventarem sob a idiosincrasia literária instituída, figuram como um local de protesto, onde, através de suas práticas, sujeitos e impulsos, ousam as mulheres a se posicionarem do outro lado das relações de forças que atravessam e compõem, também, o universo da literatura, apregoando-se, assim, como interlocutoras irreduzíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo; *Leia Mulheres*; Literatura; Ordem do discurso; Subjetivação.

ABSTRACT: What is the act of reading, if not the incorporation of the protagonists' subjectivity and the indivisible production of the senses? Thought as a monument, it would be the book, and therefore literature, a conscious or unconscious legacy of mute words upon which an order of discourse is exposed. Thus, based on Le Goff (1990), in proposing the need to demolish the construction and analyze the conditions in which monuments/ documents are produced, this paper focuses on the consensus, crossed by power relations, of the male predominance in literary processes, from the one who writes to the one who reads. So, guided by Virginia Woolf's (2014) statement, in externalizing the scarcity of adaptations to women for literary production, which also revealed the absence of feminine reflections in a sense, of the women, it is necessary to emphasize the emergence of reading clubs created to privilege, exclusively, the writing of women. Perceived as one of the marks of contemporary society, as well as an inheritance of feminist achievements, such groups, composed mainly of women, have as purpose the subversion of the old order of the discourse of masculine literary production. This positioning, of course, promotes the construction of critical thinking and, inseparably, the subjectivation processes of their members marked by the interpretations of themselves. Moreover, under the support of Foucault (2014), in regard to power relations, it is understood that such spaces, when reinventing themselves under the established literary idiosyncrasy, mean a place of protest, where, through their practices, people and impulses, women are challenged to be on the other side of the relations of forces that cross and also form the universe of literature, proclaiming themselves as irreducible interlocutors.

KEYWORDS: Feminism; *Leia Mulheres*; Literature; Order of speech; Subjectivation.

* Doutoranda em História no Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal de Uberlândia – UFU – 38400-902 – Uberlândia – MG – Brasil. E-mail: michellekadam@yahoo.com.br

Historicamente, longe de assinalar um fenômeno singular, o ato da leitura converge com inúmeros processos da organização da sociedade, de modo que “[...] ler é peregrinar por um sistema imposto [...]” (CERTEAU, 1998, p. 264). Dessa forma, contexto, motivação e sentido interferem no ato da leitura. Pensando nisso, faz-se importante considerar os domínios e as composições históricas sobre o ato da leitura, em especial, no que diz respeito às mulheres, como sujeitos e objetos das análises a serem realizadas no decorrer dessa discussão, voltada para a formação e articulações trazidas pelos clubes de leituras, sobretudo o clube literário “Leia Mulheres”¹.

A partir da perspectiva foucaultiana (2014), argumenta-se que a relação entre os sujeitos do ordenamento social constitui-se sob e atravessada por relações de poder; logo, considerando que leitura e escrita sempre estiveram associados ao poder e, portanto, utilizadas como forma de dominação, fica mais fluido, embora nada cômodo, o entendimento acerca das relações e ditames estabelecidos, no que diz respeito ao ato da leitura, dentro de um cenário histórico dos homens e das mulheres, cujas correlações e encadeamentos, para além de uma simples narrativa de suas histórias e imbricações, são tomadas pelo conceito de gênero, como categoria que “[...] se constrói/constrói juntamente com uma nova maneira de articular relações de poder” (SAFFIOTI, 2008, p. 161).

Distante, portanto, de ser uma propriedade do corpo, mas entendido como elemento que evoca e organiza, simbolicamente, toda a vida social, servindo-se não só de intervenções cotidianas, mas também de codificações institucionalizadas, o gênero nada mais é do que uma instância privilegiada de relações de poder voltada à e objeto da disciplina dos sujeitos, suas práticas e posturas, bem como o tipo de modelo a ser constituído dentro das relações sociais entre as partes que compõem esse sistema de significações. Assim, longe da pretensão de neutralidade, a categoria analítica gênero é, com efeito,

[...] um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. (SCOTT, 1995, p. 86).

Seguindo essa linha de raciocínio, é sempre bom lembrar que gênero advém de regimes culturais que “ditam”, para mais ou para menos, as ordenações do corpo, da conduta e, por fim, determinam os valores dos sujeitos, em uma disposição quase que hierárquica na qual sucumbem as mulheres, relegadas às bases dessa pirâmide, quantificada pelo cumprimento de “padrões de conduta”. A isso, Teresa de Lauretis (1994) denominou “tecnologias de gênero”, ou seja, institutos sociopolíticos e culturais instrumentalizadores dos sujeitos e das funções sociais que por eles devem ser exercidas em um verdadeiro sistema do “sexo-gênero”.

Entretanto, ainda que gênero seja entendido como um produto de diferentes dispositivos sociais, atravessado por uma complexa operação de forças, esse trabalho sustenta sua

¹ Iniciativa criada em 2014, na Europa, cujo propósito é a valorização do trabalho intelectual e leitura de mulheres, chegando ao Brasil, particularmente em São Paulo, em 2015.

inquietação, para o desenvolvimento das proposituras, sobre a questão do gênero enquanto propriedade da esfera literária, determinada a garantir, como espelho, a manutenção das relações hierárquicas e hegemônicas sobre os sujeitos, os espaços e os processos. Assim, entende-se que a (re) produção dos marcos que limitam e permeiam o gênero na literatura exercem a função de instrumento da tarefa da biopolítica, definida por Foucault (2014, p. 152) como técnica que opera, também, como fator “[...] de segregação e hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia [...]”.

A partir dessas considerações, cabe a lembrança de que os homens, patrocinados e resguardados por códigos e discursos, os quais, para eles confiscaram o direito legítimo de autoridade, impuseram-se no espaço social. Reservados, conseqüentemente, com exclusividade ao domínio da norma, ditavam, sob tal disfarce, competências, condutas e a hierarquia (in) visível dos sujeitos que com eles partilhavam funções e posições em sociedade, em especial, as mulheres, metamorfoseadas em silêncio e obrigações, senão reprimidas a injunções intolerantes, as quais requeriam delas o desaparecimento de qualquer aspiração à igualdade. Acerca disso, vale a ressalva proposta pela escritora Virginia Woolf (2014, p. 54) ao afirmar: “As mulheres têm servido há séculos como espelhos, com poderes mágicos e deliciosos de refletir a figura do homem com o dobro do tamanho natural”.

Admite-se, portanto, que a delimitação dos espaços e funções sociais, destinando as mulheres a uma situação de suspensão sobre sua própria subjetividade e busca de si mesmas, mantém relações íntimas com as configurações de todo um regime social concebido para e em nome do privilégio do masculino em detrimento do feminino e, cujos efeitos, entre tantos outros, são as sentenças feitas ao rito da leitura. Observa-se que, a partir do século XIX, como período de grande preocupação para com a leitura das mulheres, de modo a direcioná-la e corrigi-la a fim de que convergisse com os interesses e afinidades buscadas pelos homens, foram as mulheres contaminadas pelas disciplinas do masculino e suas mais variadas formas de obter êxito sobre as disposições hierárquicas vinculadas, especialmente, a elas, como sujeitos a serem operados/organizados por eles. Assim, “[...] a literatura contribuiu também para endossar e difundir o discurso sobre atributos considerados naturalmente femininos, que excluía, inclusive, a criação literária, um dom tido como essencialmente masculino” (MOREIRA DUMONT; SANTO, 2007, p. 30).

A obediência, então, a um sistema social de forças estruturado em prol do masculino, aqui, com especial atenção aos domínios da leitura, faz um convite às discussões propostas por Michel Foucault (1979, p. 12) ao abordar as questões do regime de verdade, que, segundo ele, é produtora da “[...] maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e procedimentos que são valorizados da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”. Em cima disso, entende-se que, com relação à leitura, permeada por efeitos específicos dos discursos “verdadeiros”, o século XIX inaugurou não só disciplinas sobre as mulheres, ao dizer o que elas deveriam ler, mas, também, determinou a importância e, paralelamente, a exclusão de sua existência tanto no fazer/escrever, como no ler, como ato provido de autonomia e condições de subjetivações, a partir de outros, que não os espirais do masculino.

Dessa articulação histórica derivaram, obviamente, constructos singulares sobre as versões e perspectivas para homens e mulheres, de modo que elas foram relegadas ao obscuro, haja vista que, no interior do regime de verdade, cuja posição específica de poder e de voz foi ocupada pelos homens, positivou-se um conjunto de argumentos e de regras que alimentaram o funcionamento de processos de exclusão, criador do que Foucault (1979, p. 13) chamou de intelectual universal, ou seja, “[...] alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades”. Dessa forma,

[...] melhor instruídas que suas antecessoras, as mulheres do século XIX, tinham acesso à leitura mais fácil sendo que a maior diferença entre a leitura masculina e a feminina ficava a cargo do conteúdo. A elas eram dedicados os romances da vida interior, uma leitura que objetivava o divertimento; aos homens as notícias sobre eventos públicos, uma leitura que objetivava a informação e o estudo (MOREIRA DUMONT; SANTO, 2007, 32-33).

Consequentemente, ante as rarefações das condições existenciais ofertadas socialmente, culturalmente e politicamente às mulheres, de modo que o ato da leitura e o da escritura haviam sido moldados pelos homens, a expressão feminina tornou-se objeto da conservação e manutenção do que lhes fora instituído, com poucas condições de questionamento ao regime de verdade daquela época. Dissonância que, por outro lado, abriu espaço para a promoção de processos de subjetivação silenciosos às produções constantes de arquétipos coletivos dos sujeitos/leitores e, em especial, do sujeito-mulher, criando, assim, sem contar com referências anteriores, novas dimensões e proposituras de subjetividade a partir de suas experiências e possibilidades estratégicas, afinal,

Para cada uma das comunidades de interpretação assim identificadas, a relação com o escrito efetua-se com técnicas, gestos e maneiras de ser. A leitura não é apenas uma operação intelectual abstrata: ela é uso do corpo, inscrição dentro de um espaço, relação consigo mesma ou com os outros (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 8).

As condições instrumentárias da invenção e de novas configurações sobre os espaços pessoais e subjetivos das mulheres dialogam com as circunstâncias que, por muito tempo, lhes foram oferecidas para a prática da leitura. Logo, enquanto aos homens reservava-se o cenário público, das mulheres, esperavam-se a obrigação e os limites do privado, razão pela qual sua existência e, por extensão, sua leitura, fizeram-se atravessadas do silêncio e do lar. Essa condição, pensada exclusivamente no que tange à leitura, acabou por modificar e desenvolver um enorme potencial transformador capaz de produzir novas proposituras existenciais femininas.

Mas, antes de avançar nessa questão, dando espaço, com a atenção indispensável e a relevância necessária para os movimentos feministas, como recursos sociais articuladores para a construção de novas conjunturas e a transposição de inúmeros obstáculos às mulheres, é importante, neste momento, a observação da questão das disposições sobre os conceitos e

práticas relacionados aos ditames do público e do privado. Sobre isso, a pesquisadora Sofia Aboim (2012) aponta que a construção dicotômica das esferas público/privado não é, de modo algum, neutra. Segundo ela, tais instâncias, embora atreladas a uma multiplicidade de concepções e sentidos, são, a partir de críticas elaboradas pelo movimento feminista, entendidas como resultados, artificialmente criados, de processos de codificações da ordem de gênero formuladas sob a emergência da modernidade, que:

[...] serviu, de facto, para afastar homens e mulheres, delimitando-lhes espaços e funções sociais. Enquanto as qualidades ontologicamente atribuídas ao privado permaneceram associadas ao feminino e às suas propriedades maternais e afetivas, a esfera pública – da produção industrial e da cidadania política – ficou ligada ao masculino, reproduzindo-lhe a supremacia e o lugar de chefe de família (ABOIM, 2012, p. 99).

Nesse sentido, a autora destaca ainda a existência de um regime de desvalorização da esfera privada na construção política das sociedades, de modo que o privado seja o local privilegiado para o exercício da dominação masculina. Além disso, aponta que a distinção historicamente situada acerca desses dois termos, conectando-os ao feminino e ao masculino de forma ímpar, seja uma evidente fonte de desigualdades e injustiças produzidas aos gêneros. De modo complementar, a pesquisadora Maria Ângela D Incão (2007), em um texto que traz justamente uma abordagem sobre a ascensão da burguesia brasileira no século XIX e a reorganização das vivências familiares e domésticas, bem como o surgimento/disciplina para o nascimento de uma “nova mulher”, afirmou:

[...] a emergência da família burguesa, ao reforçar no imaginário a importância do amor familiar e do cuidado com o marido e com os filhos, redefine o papel feminino e ao mesmo tempo reserva para a mulher novas e absorventes atividades no interior do espaço doméstico. Percebe-se o endosso desse papel por parte dos meios médicos, educativos e da imprensa na formulação de uma série de propostas que visavam “educar” a mulher para o seu papel de guardiã do lar e da família [...] (D INCÃO, 2007, p. 230).

Logo, uma vez demarcada a constituição histórica das fronteiras imprecisas público/privado, como fonte e objeto de hierarquias e propriedades/impropriedades ao feminino e ao masculino, configuram-se também as codificações sobre e para o sujeito-mulher e para o sujeito-homem. Entretanto, é justamente dentro dos limites da supressão feminina, relegadas, então, ao silêncio e ao privado, que ousaram as mulheres a novas conjunturas produtoras, talvez, de uma “estética da existência”. Segundo as noções de Foucault (2006, p. 290), essa concepção se desenvolve como consequência de “[...] um esforço para afirmar a sua liberdade e para dar à sua própria vida uma certa forma na qual era possível se reconhecer, ser reconhecido pelos outros e na qual a própria posteridade podia encontrar um exemplo”.

Essas são, obviamente, atreladas a outras coisas; em particular, aos movimentos feministas, que, impulsionados no decorrer da década de 1970, se impuseram na tentativa de promover um recuo sobre as intenções e ditames agenciados pela velha ordem e pelas velhas

funções que se estabeleciam ao feminino e, portanto, às mulheres². Credita-se, então, aos movimentos feministas, a constituição dialógica/subsidiária dos processos de subjetivação das mulheres, haja vista que tais movimentos se determinam e se autoconstroem em um longo processo de vai e vem entre elas e o exercício interlocutório com o ordenamento social, desmistificando sua aparelhagem e reconstruindo novos padrões de subjetividade para e a partir dos quais elas podem retornar em um movimento de reciprocidade.

Assim, no que diz respeito à correspondência feminismo e leitura, ocorre o entendimento de que “A autonomia do leitor depende de uma transformação das relações sociais que sobredeterminam sua relação com o texto” (CERTEAU, 1998, p. 268). Dessa forma, faz-se importante a reivindicação das balizas do movimento feminista como o espaço simbólico de “emancipação”. Por reflexo, tem-se nos questionamentos das experiências do passado, do presente e do futuro, o compromisso, ainda que árduo e gradativo, com as novas disposições do sujeito feminino.

Logo, entende-se que as transformações sobre os objetivos na escolha dos conteúdos voltados/selecionados às mulheres, a forma como se davam as práticas de leitura e, até mesmo, o deslocamento do privilégio do masculino em ditar o que e para que funcionava a leitura, são decorrentes/efeitos de toda uma arquitetura macrossocial de luta e engajamentos políticos, de feministas visionárias e ambiciosas pela desconstrução de modelos tradicionais colapsados em nome da hierarquia que se impõe aos gêneros e, portanto, às mulheres e aos homens.

Dessa forma, norteadas por pensamentos que mantém relações íntimas à “[...] recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos” (SCOTT, 1995, p. 19), é que o feminismo se dispôs e se dispõe a empreender lutas emancipatórias, cuja finalidade é a obtenção de êxitos na promoção de uma transformação sobre a situação das mulheres, bem como sobre sua percepção e posição em sociedade. E, ao trazer isso para o âmbito da leitura, o que se tem é que “A criatividade do leitor vai crescendo à medida que vai decrescendo a instituição que a controlava” (CERTEAU, 1998, p. 268).

Essa situação abriu espaço para novas dinâmicas espaço-temporais envolvendo as mulheres e a leitura, cuja escalada vai desde a “transgressão” ao conteúdo selecionado pelos homens, passando pela posse da escrita, ainda que atravessada pela repetição das funções instituídas socialmente e, o mais importante, pelo protagonismo do masculino, conforme aponta Scholze (2002), até a perversão da ordem no que diz respeito aos espaços selecionados e tidos como genuínos da/para as mulheres e/ou do/para os homens. A exemplo tem-se os clubes de leituras, cujos encontros ocorrem justamente em locais anteriormente percebidos como espaços de privilégio dos homens, isto é, nos espaços públicos. Desse modo, assume-se o entendimento de que, atualmente, sobretudo nos clubes de leituras, o ato da leitura, bem como os participantes, majoritariamente mulheres, distingue-se do passado, pois

² Tendo em vista as heterogeneidades e receptividades do feminismo pelo mundo, cabe a contextualização de que o feminismo apresentado faz referência àquele que, na década de 1970 e fins da anterior, chamou a atenção para o combate à dominação masculina, bem como para a necessidade de uma produção historiográfica acerca de seus efeitos nas relações entre mulheres e homens.

[...] não é mais acompanhada, como antigamente, pelo ruído de uma articulação vocal nem pelo movimento de uma mastigação muscular. Ler sem pronunciar em voz alta é uma experiência ‘moderna’, desconhecida durante milênios. Antigamente o leitor interiorizava o texto: fazia da própria voz o corpo do outro, era o seu ator. Hoje o texto não impõe mais o seu ritmo ao assunto, não se manifesta mais pela voz do leitor. Esse recuo do corpo, condição de sua autonomia, é um distanciar-se do texto (CERTEAU, 1998, p. 271–272).

Essa afirmação é importante porque, embora traga à tona a contemporaneidade da leitura como ato silencioso, afasta-se das percepções, sutilezas e singularidades mais profundas acerca desse exercício em se tratando das mulheres e dos homens. Evidentemente, não se discorda dos avanços elementares produzidos pelo deslocamento de uma leitura pública de um texto para uma que invoca o silêncio da própria existência. Por outro lado, não é possível abrir mão da problemática que se impõe, sob a ótica do gênero, às dissonâncias do ato de ler e da prerrogativa do espaço aos seus leitores, sejam eles mulheres, sejam eles homens.

Observado isso, entende-se que os clubes de leituras, os quais despontaram em larga escala no século XXI, desempenha um recurso promotor da leitura periódica e do debate, inscrevem-se como ato violador do silêncio e da solidão, apontado por Certeau (1998) como condição revolucionária do exercício para com a leitura. Trata-se de um retorno no tempo, compreendido como “Uma forma de interação social por meio da qual as práticas de leitura ganham a especificidade e concreticidade dos gestos, espaços e hábitos” (COSSON, 2014, p. 138). Entretanto, diferentemente do que se propunha no passado, a participação dos sujeitos nesses debates foge aos domínios do masculino, recodificando, assim, os limites do público como local dos homens, até mesmo porque, distante dos argumentos e funções sociais que acarretavam legitimidade e exclusões,

Uma comunidade de leitores é definida pelos leitores enquanto indivíduos que, reunidos em um conjunto, interagem entre si e se identificam em seus interesses e objetivos em torno da leitura, assim como, por um repertório que permite a esses indivíduos compartilharem objetos, tradições culturais, regras e modos de ler. Desse modo, embora o processamento físico do texto seja essencialmente individual, a leitura como um todo é sempre social, porque não há leitor que não faça parte de uma comunidade de leitura, ainda que nem sempre seja reconhecida como tal (COSSON, 2014, p. 139).

Parece justo o reconhecimento preliminar de que as leituras ocorridas dentro dos clubes de leitura proporcionam novas formas de associações, conexões e de reivindicações aos espaços – em especial no que concerne às mulheres e suas trajetórias de exclusão, seja no campo da leitura, seja na ocupação das dimensões públicas do espaço social. Contudo, embora beneméritos os rearranjos articulatórios trazidos pelos clubes de leituras, algo sempre se mostrou obediente aos regimes da relação com a literatura, isto é, a opção por escritores homens. Essa situação, obviamente, segue na contramão do conjunto representativo que compõe o grupo de leitores brasileiros, uma vez que, segundo pesquisa disponível em *Retratos da Leitura no Brasil 4*, organizado por Failla (2016), 59% dos leitores são mulheres. Limitando essa porcentagem à participação dos grupos de leitura, nota-se que, a partir de

dados publicados em 21 de maio de 2016, no jornal ESTADÃO, obtidos através de uma pesquisa interna da editora Companhia das Letras, 76,7% dos frequentadores dos clubes de leitores são mulheres (VEIGA, 2016).

A partir do exposto é possível a compreensão de que, apesar do passar dos anos, os leitores figuram como prisioneiros de regimes universais, cujas expressões, nesse caso, estão focalizadas na opção constante da intelectualidade masculina em detrimento da feminina. As mulheres, ainda que maioria, são descontextualizadas até mesmo quando em uma situação de privilégio e mediações, não encontrando em tais clubes de leitura qualquer sinal de seu próprio retrato.

Acerca disso, entende-se que há uma relação reflexiva e de legado no que diz respeito à expropriação das mulheres nas sequências de linhas que compõe um livro, de modo que sua inexistência ou, ainda, sua existência adulterada segundo a utilidade do masculino, solapou drasticamente a condição feminina dentro do corpo social e no interior do universo literário, modificando as eminências de seu desejo na eleição de determinada leitura.

Desse modo, ainda que tenham as mulheres dissolvido o consenso dos sistemas de leituras, ocupando os espaços e transpondo os limites dos discursos estabelecidos dentro de uma roda, é evidente o obstáculo que se impôs ante a existência do masculino, ainda que minoria entre os frequentadores de clubes de leitura, pois, mesmo assim, eles avocam para si, ainda que em silêncio, a prerrogativa do ato de falar, como legado, através das narrativas de intelectualidade masculina. Nelas, os jogos enunciativos não vão além de si mesmos, e funcionam como instâncias/recursos sancionadores daquilo que deve ser produzido e admitido como verdade, pois,

[...] o poder usa o termo 'verdade' para exercer controle; daí o regime de verdade. A verdade evita a desordem, e é esse medo da desordem (dos desordeiros), ou, para nos expressarmos de maneira positiva, é esse medo da liberdade (o medo de dar liberdade a quem não tem), o que vincula funcionalmente a verdade aos interesses materiais (JENKINS, 2007, p. 59).

Logo, entende-se que as mulheres, enquanto integrantes dos clubes de leitura convencionais, não eram capazes de descobrir o seu passado e com ele se relacionar, de modo a construir sua subjetividade a partir de e em parceria com movimentos que lhes são próprios e de direito, além de, entre outras coisas, não colaborarem para a transmissão de um legado. Ficavam, portanto, subjugadas a um sistema de poder que sobrevivia e sobrevive, ainda que inconscientemente, como herança da salvaguarda dos interesses e vantagens do masculino. Dessa forma, é impossível discordar da afirmação compulsória/necessária de que

Uma pessoa não pode apontar para o mapa e dizer que Colombo descobriu a América e Colombo era uma mulher, ou apanhar uma maçã e observar que Newton descobriu as leis da gravidade e Newton era mulher, ou olhar o céu e dizer que há aviões voando sobre nossa cabeça e os aviões foram inventados por mulheres. Não há marcas na parede para determinar a altura precisa das mulheres (WOOLF, 2014, p. 123).

O reconhecimento de tais situações pelas mulheres e, privilegiadamente, do quanto foram e são os homens grandes curiosos, atravessadores e sedentos pelo poder – pleno, unilateral e (in) discreto – carregando consigo todas as balizadas de um sistema ruído pela parcialidade e fundado em hierarquias, é capaz de conduzir a processos de dobraduras em si mesmas, ou seja, de subjetivações ou de consciência das contradições inerentes às relações de gênero de modo a interpretá-las e modificá-las a partir delas e por elas mesmas, em um importante movimento questionador da agenda masculina voltado às mulheres, que, como bem observou Ivone Gebara (2005), é criadora da convicção inquestionável de onipotência dos homens, cedendo às mulheres a sensação eterna de serem elas estrangeiras, ainda que em suas próprias vocação.

Esse equacionamento traz à tona toda uma história de ambivalências e hiatos relacionados às mulheres, cujas identificações e processos de subjetivações se faziam existir a partir e em decorrência de um determinador universal, ou seja, o masculino. Contudo, embora atravessadas e confinadas a tais regimes de forças e poder, o surgimento de reivindicações no campo social, político e cultural também se estenderam aos espaços de leituras e à própria leitura, de modo que o vínculo e as associações estabelecidas sobre as narrativas passaram, também, a preceituar novos parâmetros, em cujo centro estariam as mulheres e não mais os homens, agora, “extraditados” aos domínios da própria voz. Era o levante das mulheres, uma nova era às composições e espaços da prática literária. Era, enfim, o “Leia Mulheres”.

Planejado, então, como consequência e resposta à invisibilidade das mulheres no mercado editorial, o projeto “Leia Mulheres” surgiu no Brasil no ano de 2015, após, em 2014, a escritora Joanna Walsh ter proposto o projeto #readwomen2014, cuja finalidade era a leitura de escritoras mulheres. Assim, em 2015, Juliana Gomes, Juliana Leuenroth e Michelle Henrique trouxeram para São Paulo/SP as contestações fomentadas por Joanna Walsh³. Afinal, como alegou Regina Dalcastagné (2012, p. 13): “Muito além de estilos ou escolhas repertoriais, o que está em jogo é a possibilidade de dizer sobre si e sobre o mundo, de se fazer visível dentro dele”. Daí, então, a necessidade, uma vez não sendo possível espaço no seio das tradições literárias, de avançar sobre e para campos alheios, rompendo com as amarras da homogeneidade.

A partir disso, o surgimento do projeto “Leia Mulheres”, é compreendido como manifestação reivindicatória dos espaços públicos e, paralelamente, um facilitador do embate político, cuja crítica está voltada para o desmonte dos modelos de valoração e permanências intelectuais apreciadas no campo literário, isto é, o masculino, o qual segue como retrato do campo social e de suas mais específicas formas de promoção hierárquica dos gêneros e, portanto, de mulheres e homens. E “Ignorar essa abertura é reforçar o papel da literatura como mecanismo de distinção e da hierarquia social, deixando de lado suas potencialidades como discurso desestabilizador e contraditório” (DALCASTAGNÉ, 2012, p. 13).

Ocupado majoritariamente por mulheres, o projeto se mantém aberto aos homens. Entretanto, como agente transformador das antigas tendências, segue na direção de que as leituras realizadas terão como propósito a garantia da visibilidade das mulheres; logo,

³ Informações retiradas do site: < <https://leiamulheres.com.br/sobre-nos/>>. Acesso em 12 ago. 2017.

mensalmente, um livro escrito por uma mulher é selecionado pelas integrantes e pelos integrantes, a fim de compor a leitura do mês/meses seguinte(s). Tais processos, obviamente, solidificam as experiências das/ entre as mulheres que se mantêm presentes nesses espaços de discussões, de maneira que a simples decisão de estar ali é entendida como ato de sublevação aos regimes históricos e posicionais, que por tanto tempo foram complacentes e se movimentaram em prol da manutenção do masculino e de seus interesses.

Por fim, sob o respaldo do exercício foucaultiano (2014), no que concerne às relações de poder, entende-se que tais espaços, ao se reinventarem sob a idiosincrasia literária instituída, figuram como um local de protesto, onde, através de suas práticas, sujeitos e impulsos, ousam as mulheres a se posicionarem do outro lado das relações de forças que atravessam e compõem o universo da literatura, apregoando-se, assim, como interlocutoras irredutíveis. Ao fazerem isso, acabam por seguir na contramão do imaginário social, segundo o qual “[...] não cabe à mulher mudar o curso de sua própria história. Essa já estaria determinada socialmente” (MOREIRA DUMONT; SANTO, 2007, p. 34).

BORGES, M. S. A Room of our Own: Visibility, Resistance and Subjectivation in Reading Clubs. *Olho d'água*, São José do Rio Preto, v. 11, n. 1, p. 276-287, 2019. ISSN 2177-3807.

Referências

ABOIM, S. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100006/21853>. Acesso em: 11 ago. 2017.

CAVALLO, G.; CHARTIER, R. *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 1998.

CERTEAU, M. de. Ler: uma operação de caça. In: _____. *A invenção do cotidiano*. Artes de Fazer. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 259-273.

COSSON, R. *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo: Contexto, 2014.

D'INCÃO, M. Â. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 223-240.

DALCASTAGNÉ, R. Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais. *Iberic@ l: Revue d'études ibériques et ibéro-américaines*, Paris, v. 2, p. 13-18, 2012. Disponível em: <http://iberical.paris-sorbonne.fr/wp-content/uploads/2012/03/002-02.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.

FAILLA, Z. (Org.). *Retratos da leitura no Brasil 3*. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. Disponível em: http://prolivro.org.br/home/images/2016/RetratosDaLeitura2016_LIVRO_EM_PDF_FINAL_COM_CAPA.pdf. Acesso em: 11 ago. 2017.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

_____. Uma estética da existência. In: _____. *Ditos & escritos V – ética, sexualidade, política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 288–293.

_____. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 01–14.

GEBARA, Ivone. *As águas do meu poço: reflexões sobre experiências de liberdade*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

JENKINS, K. Algumas perguntas e algumas respostas. In: _____. *A história repensada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2007. p. 53–91.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE GOFF, Jaques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP, 1990

MOREIRA DUMONT, L. M.; SANTO, P. E. Leitura feminina: motivação, contexto e conhecimento. *Ciências & Cognição*, Rio de Janeiro, v. 10, p. 28–37, 2007. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000100004. Acesso em: 12 ago. 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. A ontogênese do gênero. In: SWAIN, T. N.; STEVENS, C. M. T. (Org.). *A construção dos corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. p. 149–181.

SCHOLZE, L. A mulher na literatura: gênero e representação. In: DUARTE, C. L.; DUARTE, E. A.; BEZERRA, K. C. (Org.). *Gênero e representação na literatura brasileira*. v. 2. Pós-graduação em Letras Estudos Literários: UFMG, 2002. p. 174–182.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 01–35, jul/dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 18 out. 2018.

VEIGA, E. Clubes de Leitura se espalham por SP. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 maio 2016. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/edison-veiga/clubes-de-leitura/>. Acesso em: 11 ago. 2017.

WOOLF, V. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Recebido em: 13 abr. 2020

Aceito em: 17 mai. 2020